

Policiamento em comunidades de risco social

Sérgio Roberto de Abreu

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ABREU, SR. Policiamento em comunidades de risco social. In: COSTA, IF., and BALESTRERI, RB., orgs. *Segurança pública no Brasil: um campo de desafios* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 109-125. ISBN 978-85-232-1232-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

POLICIAMENTO EM COMUNIDADES DE RISCO SOCIAL

Sérgio Roberto de Abreu

Vamos conhecer um pouco da realidade desta cidade que discutirei com vocês hoje. A cidade, então acompanhada de favelas, acabou alargando, crescendo e vem basicamente obstruindo parte do comércio. Mas, é muito tenso este comércio de pequeno porte, é carne, é fruteiras, videolocadora e assim por diante, estão espalhadas por todas as regiões. As inúmeras associações e centros comunitários são características dessa cidade que atrai muita gente devido ao grau econômico-social relativamente baixo. Então, há atuação de muitas igrejas, de muitas ações sociais de igrejas que proliferam. A vida escolar é muito bem organizada, com um porte razoável para atender às comunidades. São quarenta e oito escolas municipais e estaduais; as escolas são muito numerosas. Nós temos muitas crianças na cidade, então as escolas têm uma média de dois mil alunos, mil e quinhentos, três mil alunos por escola. São escolas que tem uma grande movimentação de alunos. Há uma rede de saúde básica para esta comunidade. Bom, então esses são aspectos gerais para conhecermos essa cidade, o ambiente por onde esta palestra vai transitar.

Por outro lado, esta cidade é tida como de uma extrema violência. Tanto é que quando eu fui para lá, todos os meus amigos perguntavam: “Aonde está trabalhando agora?”. Eu dizia: “Alvorada”. As pessoas não acreditavam. É a primeira pergunta que as pessoas fazem. Isso causa uma expressão de estranheza nas pessoas. Aqui na Bahia deve ter um lugar assim. Claro que lá, em um ano, a mídia centralizou muito suas armas nesta cidade, dando muita ênfase nas situações de criminalidade deste município. Ou seja, se colocou nestes últimos quatro anos que o único lugar que tem criminalidade no estado, o único lugar onde há criminalidade, onde há homicídios e violência é na cidade de Alvorada. Então, todas as pessoas no Rio Grande do Sul, quando se fala em Alvorada já liga a cidade à questão da criminalidade. Isso leva a problemas sociais grandes, porque as pessoas jovens da cidade quando procuram

por emprego e precisam preencher formulários, acabam omitindo, ou mudando, ou pedindo emprestado ou alterando o endereço de residência para outra cidade, porque sabem que se colocarem na inscrição que é de Alvorada podem não ser aceitos no serviço, porque há uma discriminação, um preconceito muito grande. Isso faz os residentes sofrer porque houve uma carga muito forte da mídia, dando sempre destaque à questão da violência em Alvorada, sendo que hoje, em Porto Alegre, um outro lado deste bairro, que é um grande bairro de Porto Alegre, o grau de violência é muito mais elevado, diferentemente da cidade de Alvorada propriamente dito. É claro que quando eu digo isto as pessoas falam que é o pessoal de Alvorada que vai para Zona Norte, mas não é isso o que acontece. Por opção da mídia, Alvorada foi colocada na opinião pública como uma cidade violenta, de alta criminalidade. Isso aos poucos a gente vai esclarecendo.

A partir de 1988 tivemos uma grande transformação, pelo menos na parte jurídica, ou seja, de concepção de Estado, que foi a redemocratização do país. A Constituição de 88 é uma constituição redemocratizadora e que constitui um Estado que procurou o bem, orientando os princípios para a construção do Estado Democrático de Direito. Então, a democracia é um processo ainda em construção no nosso país, ou seja, nós estamos ainda passando por uma transição democrática. Certamente nós já obtivemos o voto direto, temos eleições regulares, elegemos prefeitos, vereadores, senadores, presidentes, ou seja, o sistema eleitoral está funcionando, o que é um grande passo. Agora, a questão da democracia ainda precisa ser vista em termos de como ela se insere dentro da estrutura do Estado e, principalmente, da sociedade. Grande parte da sociedade ainda não domina o exercício democrático, e na gestão pública, na administração pública, é importante que se verifique qual o grau de institucionalização nas práticas democráticas dentro das instituições de Estado. Ou seja, ainda, na administração pública, nós estamos conhecendo o período de transição democrática, ainda não temos consolidado certamente nas práticas, seja na área da universidade, seja na área da saúde, nos hospitais, seja nas escolas e também no campo da segurança pública. Precisamos revisitar os princípios democráticos para verificar até quando estamos andando em uma transição em que leve as instituições de segurança pública ao caminho de exercer plenamente uma segurança

em um ambiente democrático, como estabelece claramente a nossa Constituição Federal.

A Democracia tem alguns pressupostos que são fundamentais. A proteção dos direitos humanos é um pressuposto fundamental da democracia. Uma democracia tem como esteio a proteção dos direitos humanos. É o ambiente democrático o mais adequado e mais orientado para a valorização dos direitos fundamentais e sem proteção dos direitos humanos não se pode ter uma democracia consolidada. Por isso é importante a questão do debate dos direitos humanos, das garantias dos direitos fundamentais, principalmente no campo da segurança pública, porque este é um esteio fundamental do regime democrático. Pressupõe participação da comunidade, pressupõe transparência, prestação de contas, a garantia da liberdade pública e principalmente ações afirmativas garantindo a possibilidade a direitos fundamentais das chamadas pessoas da sociedade que estão em situação de vulnerabilidade. Estes são os pressupostos básicos do sistema democrático. Nesse campo da segurança pública, nós vamos nos defrontar com a questão da violência.

A violência é um campo que atinge diretamente a nossa comunidade e nos traz uma forte mobilização da opinião pública. A comunidade que bate direto com o campo da segurança pública é uma pauta hoje fundamental para a sociedade, é uma pauta que vem já há algum tempo sendo uma pauta política, embora uma pauta política muitas vezes sem consistência; os governos apontam a pauta política, mas não efetivam as ações com uma política séria e fundamentada no campo da segurança pública. Mas essa violência vai atender e vai afligir todas as camadas da sociedade e principalmente aquelas que estão situadas na periferia. Muitas vezes, essa violência se torna a mediação principal das relações sociais cotidianas, abandonando as comunidades à própria sorte em matéria de segurança, deixando espaço onde impera a lei dos mais fortes. As camadas da periferia são afligidas diretamente em relação ao desenvolvimento da violência na comunidade. E por que ocorre na periferia? Porque o eixo dessa exposição está no município que é na periferia da região de Porto Alegre. Nós pegamos aqui uma afirmação em que diz – “o crime organizado, em especial o narcotráfico, captura os jovens moradores dos conjuntos habitacionais e favelas, ou seja, a criminalidade, no momento em que se organiza, passa a influenciar no

modo de desenvolvimento das vidas nas favelas, nas comunidades das periferias, e aí trazendo, cooptando, retirando os jovens do seu caminho natural de formação de personalidade e formação educacional e trazendo, cooptando para o lado da criminalidade”.

Em relação ainda à violência dos bairros periféricos, algumas pesquisas realizadas num bairro de Porto Alegre de periferia, constatou que a própria polícia tem dificuldade de atuação nestas comunidades em que o crime está mais estruturado, onde ele está mais organizado. Eu não diria até o crime organizado, mas onde a criminalidade está instalada, porque o crime organizado é um conceito bem mais amplo. Muitas vezes uma quadrilha que está atuando em determinada localidade, em um bairro, talvez não caracterize um crime organizado, mas onde ele está estruturado, está atuando, onde ele tem algum comando, onde ele está coordenando as ações. Na semana passada houve uma atuação da polícia em um bairro de Porto Alegre em que encontraram uma casa na qual os criminosos tinham um computador, além de ter um banco de dados com o controle de pagamento, a parte contábil do grupo, e no meio de uma favela tinham um controle de monitoramento de câmera dos acessos, para controlar os acessos da polícia. Não sei se já entrou essas tecnologias nas vilas daqui de Salvador e da região, mas eles colocam câmeras nos principais acessos e monitoram e ainda utilizam o recurso de geoprocessamento, com fotografias do Google Earth. Eles pegaram as fotografias de todo bairro e foram em cada ponto, nos locais que eles achavam um alvo importante e fizeram um mapeamento com GPS. Estavam todos os locais marcados com GPS e as rotas de fuga estavam todas estudadas.

Esses grupos estão hoje mais sofisticados, e foi uma surpresa para a polícia quando identificou o grau de sofisticação. Nessa vila, eles acabam vivendo situações que prejudicam o trabalho dos órgãos policiais desta localidade e acabam criando situações de hostilidade junto àquela comunidade, que impedem, muitas vezes, que aquela comunidade apoie as ações dos órgãos da polícia, seja a Militar ou a Polícia Civil e também da Polícia Federal, embora mais distante nas suas ações de implantar um trabalho ou de tentar entrar com a prevenção em relação ao crime naquela localidade.

Percebe-se isso nessas regiões – e está muito claro aqui na fala de Paulo Sérgio Pinheiro, no sentido que nestas comunidades, e a comunidade de Alvorada é muito afetada com isso – o grau de desemprego. Grande parte da população trabalha no emprego informal, aquele emprego que vai procurar de manhã e volta à tarde para casa sem ter vínculos. É comum por parte das residências terem quatro, cinco, seis, sete crianças durante o dia sem ninguém cuidando, elas têm que se virar por si. Em um trabalho junto a uma senhora que faz um sopão comunitário, o Sopão da Tia Lúcia, ela comenta que recebe muitas que estão machucadas, feridas inclusive com marcas de cigarro e os pais fazem essas marcas. Então o que acontece? A pessoa sai para trabalhar o dia todo, levanta de madrugada porque tem um longo caminho a ser seguido, passa no seu trabalho ou às vezes não consegue trabalho, volta à noite e a criança, que ficou o dia todo desassistida, naturalmente, quer um afago, ela quer brincar com o pai, ela quer uma atenção. Então a pessoa chega cansada, quer ver um jornal, quer assistir uma televisão, quer ver um jogo e acaba a criança incomodando, então para a criança não incomodar, maltrata-a, inclusive, com graus de crueldade e até com tocos de cigarros. Então, este é um cenário de coisas que vão aparecendo em um ambiente de uma cidade de periferia da região metropolitana que sofre com um elevado grau, inclusive de discriminação, em relação a esta pecha de ser uma cidade violenta e de elevada criminalidade. O desafio então está colocado para a segurança pública, ou seja, hoje a pressão, a preocupação, a pauta é o controle da violência da criminalidade. Tanto é que cada fato mais grave a mídia coloca na pauta e as pessoas imediatamente já são tomadas com uma emoção, as pessoas já querem os extremos, inclusive de penalização para as pessoas que cometem estes delitos.

O desafio para a sociedade democrática é justamente como incorporar a legítima atuação do cidadão, em termos de que haja o controle da criminalidade e da violência compatível com um grau de eficiência em que a atuação da segurança pública seja transparente, profissional, inteligente, humana e que garanta os direitos fundamentais de cada cidadão. Então há uma pressão – que existe em todos os lugares hoje – e essa pressão existe entre um controle efetivo da criminalidade e, ao mesmo tempo, o dever de garantir o respeito aos direitos fundamentais. Esses desafios estão colocados para a segurança pública da América Latina, porque o

grau de violência é de extrema elevação. E como a segurança pública deve se comportar e como deve dirigir seus planejamentos, suas capacitações para em um ambiente democrático, que é um ambiente em que o respeito aos direitos humanos, os direitos fundamentais, eles, que são o esteio para a manutenção do regime democrático?

Esse é um desafio que está posto e é um desafio que está procurando suplantar na medida em que há questão, na medida em que há pesquisas, na medida em que há cursos nas universidades, na medida em que há maior capacitação dos profissionais, novos projetos, novas teorias, novas orientações, novas evidências para realmente chegar a este ponto. É preciso equilibrar tanto a necessidade de proteção do cidadão frente ao delito, como a aplicação dos mecanismos de justiça, garantindo sempre, em qualquer situação, o respeito aos direitos fundamentais. Ou seja, não se pode perder de vista, em um ambiente democrático e frente aos desafios da finalidade e da aplicação dos mecanismos de justiça, ou seja, a ação policial e a ação do judiciário, que esteja também presente os direitos fundamentais. E eu acrescentaria também, aqui neste esquema, que antes da aplicação dos mecanismos de justiça nós temos um grande campo que se chama o campo da prevenção, ou seja, evitar que os danos oriundos de fatos delituosos sejam cumpridos, que eles aconteçam. Ou seja, em uma frase mais simples e mais direta, em um ambiente democrático, o remédio nunca pode ser pior que o mal que pretenda erradicar. Então, deve haver uma dose de equilíbrio que seja socialmente aceitável, efetivo, mas que garanta uma atuação firme e os direitos fundamentais.

Em primeiro lugar, há a necessidade de profissionais capacitados. Deve haver uma maior capacitação destes profissionais, melhor elevação da capacitação destes profissionais, melhores condições de trabalho, melhor qualidade na prestação dos serviços concedidos dentro do regime democrático, em relação à atuação dos gestores de segurança pública. Segundo, a adoção de novos enfoques de modelos em matéria policial e prevenção, ou seja, sair do modelo tradicional da reação e partir para um leque mais amplo de atuação na área da segurança pública. Não somente a perseguição criminal, o regime penal da perseguição, mas trabalhar nos campos onde há outros atores agindo conjuntamente em um sistema de complementaridade com os órgãos da segurança.

Neste sentido, procurou-se, na cidade de Alvorada, construir algumas estratégias de atuação, porque na mídia há um conceito definido para aquela comunidade. Alguns delitos realmente são expressivos – e a mídia os evidencia na opinião pública como marca naquela cidade – que são os homicídios. A mídia criou o que se chama de contador de homicídios, então, quando um homicídio acontece na cidade de Alvorada ela colocava um número, ou seja, quantos homicídios têm naquela cidade: quando se encontrava algum homicídio na cidade de Porto Alegre ou na região metropolitana, a mídia dizia assim: “em Porto Alegre aconteceu um homicídio em um bairro tal”, “na cidade de Canoas”, também da região metropolitana, “houve um homicídio em tal lugar ou uma pessoa morreu vítima de um assalto em tal local”. E em Alvorada: “é o quadragésimo homicídio”. Então ela criou um contador e quando você questionava a algum repórter: por que que só na cidade de Alvorada tem contador? Porque se você vê alguma matéria “um homicídio em Porto Alegre” e “em Alvorada o trigésimo homicídio” qual matéria que chama atenção? Quase toda a população do Rio Grande do Sul já sabia que Alvorada tinha o trigésimo, quadragésimo homicídio enquanto Porto Alegre passava de cem, em Canoas de passava de oitenta, em outra cidade do interior – Caxias do Sul, que tem um pólo industrial muito importante, é uma das cidades mais ricas do estado – o número de homicídios já tinha ultrapassado em muito os de Alvorada, mas a mídia centralizava somente nesta cidade.

Então, era preciso estabelecer uma série de estratégias que não somente a estratégia tradicional focalizada no atendimento de ocorrências ou chegar após os eventos para tomar alguma medida. Foi preciso estabelecer uma estratégia na área do funcionamento comunitário, uma estratégia organizacional comunitária, porque há todo um ambiente para isso: cidade de periferia, cidade de pessoas pobres, cidades de trabalhadores e trabalhadoras; essa cidade é constituída, a origem das pessoas é do interior do estado, então ela é originária da migração de pessoas do interior de estado, então estas pessoas têm um laço de afetividade maior, estas pessoas são solidárias, as pessoas do interior, pelo menos lá no Rio Grande do Sul, elas tem aquele laço de vizinhança, de receber alguma pessoa, de conversar, de se abrir mais, então há esta característica.

Portanto, há a necessidade da segurança pública, as pessoas estão incomodadas com alguns problemas de segurança, as pessoas querem participar. É um campo propício, há condições, há existência de uma rede de associações comunitárias, há redes de grupos organizados em termos de comerciantes, há um conjunto de fatores que exigem que a polícia se abra mais e procure estabelecer um trabalho mais direcionado a estas comunidades. Quando falo aqui policiamento comunitário, eu coloquei duas estratégias. O policiamento comunitário tem um corte mais associativo de colaboração entre as comunidades. Assim, na medida em que você trabalha no corte comunitário, você assegura a parceria com a comunidade para discutir com ela sobre as suas reivindicações, demonstrar um alto conhecimento entre as organizações policiais e o funcionamento daquela comunidade e, a partir daí, projetar ações conjuntas para minimizar os efeitos. É um trabalho de um diálogo aberto, transparente, franco, no qual a comunidade e os agentes policiais quebram uma barreira de estranhamento, que às vezes acontece, e podem, frente a frente, discutir conversar, esclarecer pontos. A sociedade passa a conhecer o funcionamento da polícia e a polícia passa a conhecer o funcionamento da sociedade.

Parece-me que grande parte das populações não sabe como funcionam os órgãos policiais. Ela não sabe a quem se dirigir, ela não sabe como funciona a segurança pública. Principalmente na periferia, ela tem aquela noção de que quando alguém é preso e ela vai lá à delegacia para ver o “cara” preso para ver se solta, ela tem mais ou menos essa noção. Mas, o que ela pode conseguir nos órgãos policiais, enquanto prestadores de serviços públicos, a comunidade não sabe, grande parte dela não sabe. Ela sabe aquele aspecto tradicional da polícia enquanto dominadora, enquanto dona do poder, mas não a polícia enquanto prestadora de serviço.

Os órgãos policiais são prestadores de serviço, não são dominadores e centros de poder; são prestadores de um serviço fundamental para a sociedade, que é a segurança pública. Então, o estabelecimento dessas relações em que há um diálogo amplo com as bases comunitárias, com as pessoas, é fundamental para se buscar uma melhor qualidade de vida para essa comunidade. Por motivos fortes, o militar tem esse ensinamento, ou seja, estabelecer o laço de cooperação e de associação, de parceria

com as comunidades. No concentracional, só no patrulhamento, o que os policiais fazem? Eles pegam suas viaturas e fazem seu patrulhamento, dão-lhes os roteiros ou são despachados pelo 190 nas situações de urgência, ou alguém vai lá na delegacia e chama um policial para atender uma emergência, ou alguma coisa assim. Agora, quando um policial passa em um bairro, em uma vila, e há pessoas na rua, por que ele não pára aquela viatura conversa dois, três minutos com aquelas pessoas, por que não se apresenta, pergunta alguma coisa, estabelece um diálogo, deixa um telefone de contato da unidade? Ou seja, pequenas coisas que começam a serem formatadas para estabelecer melhores laços de relação com essas comunidades.

Voltando aqui um pouco para a teoria americana, a questão do policiamento orientado para resolução de problemas também é uma estratégia importante porque há momentos de crise nas comunidades, há momentos em que você precisa fazer ações mais imediatas, buscar resolver um fato que está causando certa crise na comunidade. Por exemplo, quando há incidência de assaltos em minimercados, ou em videolocadoras, ou quando há um homicídio naquela localidade, é preciso estabelecer uma estratégia imediata, que nós colocamos aqui para a questão de resolução de problemas. Ou seja, não se vai atuar tão somente em cima dos fatos, pode acontecer um homicídio, mas é preciso fazer um trabalho além do fato o que está acontecendo, é preciso fazer uma análise situacional do fato. O fato é o homicídio, mas o que gerou esse homicídio? Aí precisa também de uma investigação das relações com a comunidade para se verificar quais os laços e quais fenômenos estão acontecendo ali para gerar um alto grau de fatalidade, e isso é um problema em que é preciso verificar caminhos de solução de atuação ativa com essa comunidade. Foi preciso rever uma cultura policial existente, fortemente limitada a atendimentos que ocorrem. Ou seja, tem um fato e despacha um policial para atender esse fato e buscar ampliar o diálogo com as pessoas, conversar com as pessoas, transitar nos bairros, nas vilas e conversar com as pessoas em via pública, estabelecer laços de relacionamento com as comunidades. Quando a prevenção não funciona, então uma atuação é exercida, que foi comentada, buscando a solução imediata. Atuação imediata e mobilização popular frente a essas crises.

Houve uma situação de um latrocínio em um bairro, e o latrocínio é um dos crimes mais preocupantes nas comunidades, então é uma crise. Não é comum, na comunidade, um latrocínio, foi na véspera de natal à tarde, foi um vendedor de jóias que foi fazer uma entrega e, ao sair da casa, ele foi assaltado e acabou resultando em sua morte. Então, está ali uma crise que afeta aquela comunidade e precisa então tomar medidas imediatas de resolução daquele problema. A primeira coisa a ser feita: um contato com todos os moradores daquelas regiões até no sentido de uma investigação atrás de autorias, indícios, saber quem poderia ter matado, quem conhece esta pessoa. Claro que nessas situações as comunidades não participam diretamente se não há um laço previamente estabelecido com essas pessoas. Elas, até por medo, muitas vezes sabem as autorias, mas não querem participar, inicialmente. Mas, foi feito um contato de casa em casa e já disponibilizados vários telefones de acesso. À noite já havia ligações já indicando a possível autoria. Quando se foi atrás desses indicativos de autoria, essa pessoa já havia empreendido fuga para outra cidade. Quer dizer, então, a partir dali, há um monitoramento daquela região e uma semana depois, uma outra ação da polícia e com ligações, e comunicações dessa comunidade, foi possível identificar o praticante desse homicídio, que estava em um grupo de jovens situados em uma esquina, se não me engano, no dia 2 de janeiro deste ano. Qual foi o fato? Quando a polícia chegou neste local, fez a identificação das pessoas e não havia nada de irregularidade. Quando os policiais já estavam desistindo, pois não haviam encontrado nenhum fato, a comunidade ligou, as pessoas ligaram dizendo que aquele grupo estava com armas, mas deixaram as armas no interior do pátio da casa, onde eles estavam à frente, em uma casinha de boneca, e as armas estavam lá dentro. Então eles deram informação, os policiais entraram naquele terreno e encontraram as armas todas dentro de uma sacola que estava escondida ali, justamente porque eles sabiam que se a polícia fosse fazer uma abordagem eles estariam então desarmados, mas as armas estavam ali.

Ora, alguém pode estar perguntando, “isso é uma coisa que pode ser rotineira? Por que a comunidade teve a coragem de ligar mesmo que anonimamente?”.

Para mim isso está muito claro isso. Na medida em que os policiais não foram lá fazer operação policial, eles não foram lá para

entrar nas casas e exigir das pessoas informações eles foram lá e estabeleceram laços de relação, laços no sentido de buscar a confiança daquelas pessoas. No sentido de: “olha se nós ligarmos, vamos ter uma contraprestação”, “nós vamos ter uma resposta, uma atuação”. Então isso é uma questão fundamental quando se trabalha com questão de polícia comunitária, ou seja, de estratégia de polícia comunitária, que é uma estratégia fundamental dentro de uma concepção de uma polícia democrática, respeitadora dos direitos fundamentais, e que estabelece esses laços que faz com que a população sinta que, quando chamar os policiais, eles não vão lá com a ação de repressão, mas que eles vão lá para garantir um serviço e constantemente apoiarão esta comunidade. Mesmo que ela esteja lá na periferia, mesmo que ela esteja afastada e desassistida, mas naquele acerto com a comunidade, ela pode passar a contar com esses policiais.

A democracia necessita, ainda, de conhecimento específico dos delitos frente a complexidade da violência. Ora gente, nossa dinâmica na sociedade é extremamente complexa, ou seja, nós não temos mais fórmulas prontas, ou remédios prontos para enfrentar as questões de complexidade que a sociedade nos coloca para segurança. Então é necessário que haja um amplo desenvolvimento e conhecimento da segurança pública. Por isso que o papel das universidades hoje é fundamental no momento quando começam a enfrentar uma série de pesquisas aprofundando os estudos sobre as questões da segurança pública. Mais ainda, é preciso que as instituições utilizem sua capacidade intelectual, sua capacidade de inteligência, além da inteligência formal, aquele sistema de inteligência, mas a inteligência do Estado, a sua capacidade de pensar de raciocinar, de debruçar, estudar, aprofundar sobre a questão da segurança pública, isso é fundamental.

Normalmente, quando a questão de criminalidade começa a perder o controle, as alternativas que se colocam são mais policiais ou mais armamentos. Claro que as deficiências materiais, humanas, nas polícias, isso sem dúvida é o que há, embora os orçamentos da segurança sejam altamente elevados. Porém, mais do que isso, o Estado tem inteligência para enfrentar, tem capacidade intelectual de organizar suas forças, seus raciocínios, montar estratégias para vencer. Na verdade, é papel do Estado fazer um combate, estabelecer um enfrentamento sem arma. Não há

como ficarmos na paridade arma por arma. Nem em Bagdá os americanos conseguem equilibrar a disputa de armas! Nós precisamos realmente ter estratégias de ação e estratégia só se efetiva com afinamento de estudo, pesquisa, buscas de alternativas, de raciocínio e não uma atitude simplesmente de ação e reação. Ação e reação é muito imediata, nós precisamos trabalhar na segurança pública, aprofundar mais a questão da lógica de interpretação e principalmente aprofundar o conhecimento neste campo e aí trazer novos processos. Neste espaço, deve existir a democracia como quesito. Ter o tratamento efetivo para a finalidade não deve ser uma questão de golpe ou de sorte, coisa simplesmente superficial. Esse golpe quer dizer uma pancada; vamos lá, agiu lá, pum! Chega lá revira toda vila, faz toda uma reviravolta, procura quem foi que matou e pronto, depois sai e nunca mais volta para aquela comunidade. É um golpe, uma pancada, e não age mais e não tem mais uma outra ação. Ou então é de sorte, quem sabe se pega, quem sabe prende, quem sabe volta e se der sorte pega em flagrante em uma atuação policial. É preciso que haja ações planejadas estrategicamente. Começa a pensar em ações planejadas, mas principalmente ações planejadas em todos os órgãos que compõem uma estrutura oficial do poder público e principalmente unindo a sociedade de uma forma geral. É preciso que se comece a estabelecer uma atitude sistêmica, ou seja, comece a praticar aquilo que a nossa segurança desenhou, ela não quer a segurança de um órgão A e um órgão B, e que o órgão A é melhor e o órgão B é pior. Ela quer que os órgãos se integrem e atuem como um sistema, que busquem unir as suas inteligências, as suas capacitações, para garantir um direito fundamental que é a segurança pública. É preciso então estabelecer estratégias de atuação dos mais diversos órgãos para que possam planejar, pensar, estabelecer estratégias conjuntas.

Essa pauta aqui não é muito significativa porque eu coloco uma ideia de uma operação conjunta e integrada. Mais do que isso, não é simplesmente sentar em uma mesa e dizer: “olha nós vamos entrar em um bairro e vamos fazer uma operação integrada”, é construir todo um planejamento em conjunto, definir objetivos e estratégias de atuação comuns para que se possam enfrentar problemas especificados existentes dentro de uma comunidade. Eu tenho uma observação que acredito ser muito importante: em um ambiente democrático, as instituições policiais

mais destacadas e eficientes não estão em termos da questão só da estrutura e finanças nas ações, mas principalmente na definição de um objetivo em comum. Ou seja, que todos busquem realizar um objetivo bem claro e estabelecido, que seja o mesmo para todos os integrantes do sistema de segurança pública e que haja uma inteligência científica para que os objetivos sejam levados à inteligência da capacitação científica e também à capacitação dos seus integrantes. Então essa equação, ou seja, o objetivo comum e a capacidade de inteligência – tendo com fundamento o respeito à cidadania – é o que torna então as instituições existentes capazes de enfrentar esses graus de criminalidade que hoje nós vivenciamos na nossa sociedade.

A democracia necessita que se faça um processo de rompimento dos espaços de transgressão e resistência, ou seja, necessita da construção de espaços de adesão às condutas e atitudes normatizadas. É muito comum, lá no Rio Grande do Sul, dizer: “olha, aquela praça não dá para ir porque os traficantes a dominaram”. A população tem que tomar conta, tem que tomar uma atitude, ou seja, ela que tem que dominar a praça. Se tem alguém praticando crime naquela praça, a população tem que movimentar ações e ocupar, ou seja, assumir o espaço público, dominar o espaço público, criar ações no espaço público porque o espaço público é da cidadania, é dos cidadãos. O espaço público é essa comunidade. Então famílias, os amigos, vizinhos, peguem sua cuia, sua térmica com água quente e vão fazer uma roda de chimarrão no meio da praça, coloquem as crianças para brincarem na praça, organizem torneios de futebol, de brincadeiras. Agora, nesta época, começa, aqui muito mais famosa, a festa Junina. O São João, que é vinte e três para vinte e quatro, lá no Rio Grande do Sul é a noite mais longa e mais fria tradicionalmente, mas é a noite mais longa, é a época do ano em que o Sol dorme mais cedo e acorda bem tarde e é a noite mais fria. Então é tradição lá pular fogueira, tomar quentão, que é o vinho aquecido, tomar chimarrão, comer um pinhão bem quente para poder suportar essa noite, porque é a noite mais fria do estado. Então, fechando parênteses, as pessoas têm que assumir o espaço público, mas as pessoas vão se recolhendo, entrando para suas casas e vão saindo das ruas, mas é preciso que elas assumam esses espaços públicos. Também é preciso que haja movimentação da comunidade em criar orientações de como assumir toda a questão do

porte das drogas, mobilizarem setores da comunidade, lideranças, para conhecerem o tema e buscarem estratégias para suas comunidades.

Uma alternativa adotada, justamente para dar apoio em relação à ocupação do espaço público, foi a criação de um posto móvel que possibilita registros, espaços para reuniões comunitárias, prestação de exames, mapeamento das ocorrências daquele bairro, trazer as pessoas para conhecer quais são os seus problemas, fazer a radiografia do seu bairro, fazer reuniões comunitárias dentro do ônibus, principalmente. Eu acho que essa parte é bastante simbólica neste sentido, porque este ônibus está em um bairro extremamente pobre, um lugar que normalmente acho que ambulância não vai socorrer, os policiais só vão quando acontece algum homicídio. A polícia só entra no atendimento da chamada. E aí neste horário, à meia-noite, os meninos estão na praça e as crianças e os familiares de criança estão todas, meia noite, uma hora da manhã, na rua. Elas estão correndo e eles estão transitando meia noite na rua. E onde estão os pais? Estão em casa. Então aqui é um espaço, nesse ônibus aqui as crianças podem entrar ônibus, aí eles fazem parcerias com ONG's, passam filmes educativos, ou seja, as trazem para o âmbito de uma racionalidade normativa. Trazê-las para que elas tenham acessos a espaço de adesão a condutas. Muitas vezes essas crianças não têm nem acesso à escola, ou porque os pais não orientam, ou porque elas tiveram algum problema e foram tiradas da escola, ou por evasão escolar, ou uma série de coisas. Então, criar espaços para absorção de orientação é um trabalho fundamental, principalmente nessas comunidades que estão nas periferias da cidade. Aqui, essas crianças também já começam a ter outro contato com o Estado, outro contato com o agente policial, que não é somente ver o policial atendendo uma ocorrência, prendendo alguém, abordando alguém, passa a ter outro caráter indicativo de relação até mesmo uma compreensão do trabalho que aquele policial faz naquela vila onde está atuando.

Nesse ônibus, nós mapeamos locais e horários estratégicos para atender a esse fim. Neste bairro, à meia noite, as crianças estão na rua – isso em época de verão, no inverno recolhe mais cedo, mas em época de clima quente elas ficam na rua. Inclusive, as crianças podem brincar dando uma volta na quadra e se consegue fazer todo um trabalho de aproximação, enfim. Então, é preciso estabelecer esses laços com a

comunidade, laços que propiciem a participação das pessoas, o apoio da comunidade. E os policiais devem entender que precisam agir com o apoio da comunidade, e uma comunidade aterrorizada não vai dar apoio em nada. É fundamental então o apoio com a comunidade, e realmente, se a comunidade está temida com aquelas colocações, com aqueles estragos, de algum distúrbio teórico, a ausência do Estado dá lugar para que a governança da criminalidade estabeleça ali, que a criminalidade estabeleça uma nova forma de governança local. Esses espaços têm que ser eliminados dentro da comunidade, e a partir daí é preciso buscar a confiança das comunidades a partir da garantia de que a segurança dos órgãos policiais estará ali para atender os seus direitos. São ações comuns, mas estes atos de abordagem passaram a ser distribuídos também. As polícias fazem isso também, então é comum, não é uma coisa inovadora. Mas todos devem se aproveitar dessas outras experiências e não só das abordagens, mas abordagens orientativas, onde se estabeleceu ali a instituição de um guia, telefones, documentos, isso é muito comum para a utilização das polícias.

Bom, polícia, comunidade, prevenção, intermediação e não violência. A polícia passa a ter, neste ambiente, um papel importantíssimo em buscar orientar a resolução dos conflitos, tentando utilizar métodos não violentos. São os métodos de prevenção, conciliação, intervenção antecipada, de forma que não haja o uso da força pelos policiais. O papel precisa então ser garantido lá, junto com as comunidades. O papel de orientação, de prevenção em relação às práticas de delito. A função policial, neste sentido, assume uma atuação. Eu não consigo ver outra função hoje em um Estado Democrático sem ter a polícia lá na comunidade, criando mecanismos de participação social, que seja inspiradora. A comunidade vê e espera que isso seja feito, então a segurança que está dando a ela vai se expressando, ela vai se construindo através da prevenção com a comunidade e através do instrumento de parceria. Ou seja, a prevenção buscando criar mecanismo para que não haja danos provocados pela prática do crime e a comunidade se unindo àquelas pessoas de interesse dentro das localidades.

Essa parceria une comunidade e órgãos públicos, estabelecendo espaços de participação. Isso é a aplicação das estruturas teóricas para buscar estabelecer um campo de efetivação de segurança dentro desta

comunidade de Alvorada. Questões fáceis que se colocam nesse campo. Primeiro: polícia x comunidade. É importante sempre a definição de um fato comum. Então, quando se fala na relação comunitária, deve-se estabelecer uma pauta, um objetivo e um delineamento igual nas ações, nas participações e qual o papel de cada um ali que está participando. É preciso que haja um compromisso real das instituições públicas, e esse é o problema da oficialidade, a questão que hoje e muitas vezes os agentes públicos assumem o compromisso na reunião, mas fica só para aquele momento. Encerrada a reunião, desfeitos os laços com a comunidade, não há uma continuidade, uma permanência, um compromisso real do poder público. Também, as rotatividades que existem nas instituições públicas trazem sérios prejuízos no estabelecimento dessas relações com a comunidade. Então, aqui é preciso que haja políticas públicas estruturais, efetivas e muito sérias no sentido de que haja uma institucionalização de uma política de relação com a comunidade. O que se vê na prática é que essas estratégias são muito isoladas, elas não partem de uma concepção maior. As instituições não se definem como uma pauta política, como uma estratégia da ação organizacional. Então nós temos, no Brasil, milhares de experiências, milhares de projetos, milhares de programas, mas estes programas estão soltos, dependem da iniciativa, do interesse do oficial, do delegado, do agente. Isso acaba trazendo uma série de dificuldades de relação com essa comunidade. Deve-se ensejar as questões básicas ainda, ensejar a participação cidadã, ou seja, a ampla representatividade das pessoas nas propostas, ênfase no local para a formulação dos projetos. Além disso, a comunidade participar da resolução dos problemas.

Frente à complexidade da sociedade, não há mais como obter do órgão A e do órgão B uma inteira responsabilidade, como se fosse o detentor da solução para esta questão da criminalidade e sem a contrapartida direta da comunidade, ele tem que se sentir parte da resolução do problema. Então, as pessoas começam a ligar e dizer em que local as armas estão escondidas, ou em que casa está morando tal pessoa, ou falam quando passa uma pessoa foragida à frente. Elas se sentem parte da solução do problema. Não é uma questão de dedo duro, de criarem informantes dentro da comunidade. A informação tem de ser natural e a pessoas tem de se sentir que ela é parte da solução

do problema. E o Estado quando vem muitas vezes de fora para ingressar naquela comunidade, não tem todos aqueles elementos, e a comunidade sabe quais são os seus problemas, ela sabe quais são os caminhos para aquela solução. Mas, para isso, ela precisa saber que embora seja vítima, seja o alvo dos problemas locais, ela própria é um elemento que tem as respostas e faz parte para a solução dos problemas. Os problemas da comunidade estão em permanente mudança, então, como garantir essa ordem pública? Buscando o equilíbrio, que só é atingido com a participação das comunidades.